

ISSN 000-0000

BOLETIM DE CONJUNTURA
**MERCADO
DE TRABALHO**

2º TRIMESTRE DE 2020

Governo do Estado da Bahia

Rui Costa

Secretaria do Planejamento – Seplan

Walter de Freitas Pinheiro

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
da Bahia – SEI

Jorgete Oliveira Gomes da Costa

Diretoria de Pesquisas – Dipeq

Armando Affonso de Castro Neto

Coordenação Editorial

Armando Affonso de Castro Neto

Luiz Fernando Araújo Lobo

Elaboração Técnica

Guillermo Javier Pedreira Etkin

Luiz Fernando Araújo Lobo

Silvânia Ferreira Conceição

Coordenação de Biblioteca e Documentação – Cobi
Normalização

Eliana Marta Gomes Silva Sousa

Editoria-geral

Elisabete Cristina Teixeira Barretto

Editoria de Arte e de Estilo

Ludmila Nagamatsu

Revisão

Calixto Sabatini

Editoração

Adir Filho

Projeto Gráfico

Nando Cordeiro

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Av., 435, CAB.

Cep: 41.745-002. Salvador(BA)

Tel.: (71) 3115 4822 / 3115 4786 Fax.: (71) 3116 1781

www.sei.ba.gov.br

sei@sei.ba.gov.br

2º TRIMESTRE DE 2020 **1**

CENÁRIO ECONÔMICO **2**

MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO O CAGED **3**

MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO A PNADC **9**

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO **13**

Expectativa dos empresários baianos para o emprego **13**

NOTA METODOLÓGICA **16**

Pesquisa de confiança do empresariado baiano **16**

2º TRIMESTRE 2020

A última crise econômica no país, gestada em 2014 e transbordada nos dois anos seguintes, finalmente ficou para trás. No entanto, não foi por um bom motivo. O Brasil – mas não somente – vive provavelmente a maior adversidade sanitária da sua história, com repercussões econômicas e sociais de magnitudes ainda não totalmente conhecidas. Com origem na expansão exponencial da epidemia do novo coronavírus em território brasileiro, esse novo desequilíbrio foi alavancado ao patamar de crise à medida que se deparou com agravantes para uma tempestade perfeita: atividade econômica em marcha lenta, ambiente político instável e conturbado, desigualdade e vulnerabilidade sociais em ascensão, condução política inadequada, ausência de sintonia entre os entes federativos, mercado de trabalho precarizado, confiança em níveis baixos etc.

Antes mesmo de estreado o ano de 2020, ainda vislumbrando um contexto sem sobressaltos e sem a devida noção quanto ao potencial destruidor da disseminação do vírus recém-surgido, o entendimento, como relatado desde a penúltima edição do Boletim de Conjuntura do Mercado de Trabalho, era que a reabilitação econômica manteria a lentidão como característica principal e que o desafio da retomada continuaria posto ao longo do ano. Assim sendo, não se pode creditar a derrocada atual, única e exclusivamente, a esse surto de escala global. Enfim, sem menosprezar os impactos negativos de um flagelo de ordem planetária e proporções gigantescas, é preciso compreender que a pandemia do novo coronavírus agravou um quadro previamente fragilizado e marcado por um processo de recuperação cambaleante e lento.

Se no trimestre inaugural do ano ainda era um pouco cedo para mensurar a dimensão da devastação decorrente do caldo viral que acabara de entornar em terras brasileiras, agora, quando todas as estatísticas do segundo trimestre se tornaram conhecidas, não há dúvidas de que a economia local se encontra mergulhada em um dos seus piores momentos, marcada por forte retração das atividades produtivas e do emprego. Com o problema sanitário longe de uma solução definitiva e um cenário ainda permeado por alta imprevisibilidade, maculando a leitura e a mensuração das prováveis consequências dos acontecimentos recentes, não há outra compreensão senão a de que o ritmo de qualquer recuperação econômica se encontra bastante incerto nesse instante.

A realidade laboral, por sua vez, está bastante desestruturada. Nesse compasso, o mercado de trabalho, com uma dinâmica marcada por movimentos retardados perante os ciclos econômicos, ainda vai carregar por muito tempo as cicatrizes desse trauma. Nas atuais circunstâncias, portanto, não deve ser encarada como pessimista a opinião de que a retomada do emprego, no sentido estrito de regresso à condição ou ao padrão anterior, será postergada novamente e enfrentará um longo percurso até efetivamente se materializar. Isso tudo sem colocar na balança a ocorrência de uma eventual segunda onda da peste ao redor do mundo.

Analisar o mercado de trabalho local nesse contorno requer compreender que a investigação se dá, infelizmente, de um ponto situado no fundo de um despenhadeiro. Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) foram os principais expedientes para o exame da conjuntura laboral baiana neste boletim. Como será possível acompanhar ao longo do texto, as informações levantadas e as considerações erigidas apontaram que o mercado de trabalho local se encontrava imensamente

fragilizado no segundo trimestre, repercutindo em grande medida a catástrofe desencadeada pela pandemia do novo coronavírus. Assim, neste momento em que preservar a vida humana, recurso mais precioso do planeta, deve ser missão prioritária, não seria demais reforçar que a sensibilidade social dos gestores públicos deve se constituir num dos pré-requisitos para a minoração da fúria e do alcance da crise recentemente instalada e para a superação desse ambiente inóspito.

CENÁRIO ECONÔMICO

O segundo trimestre indicou uma piora considerável. Apesar de não generalizado e da heterogeneidade entre os setores, o recuo observado retrata um legítimo desastre econômico. Segundo dados recentemente divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o nível de atividade econômica do estado, em termos de Produto Interno Bruto, por exemplo, sofreu a maior contração trimestral da série histórica, uma queda de 8,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior. No acumulado do ano, a variação foi negativa em 4,4%. Após tamanho tombo, a economia baiana provavelmente demorará a se reestabelecer. A performance não será outra senão a da morosidade.

Ao final do intervalo, a atividade agropecuária foi a única a não repercutir os efeitos dessa nova crise, já que, após o comedido desempenho do ano passado, tende a confirmar uma produção maior este ano. A indústria, que vinha vivenciando um cenário alentador antes disso, se desalinhou por completo da rota de recuperação. O setor de serviços, que já vinha despontando com resultados negativos, deu seguimento à perda de fôlego, com uma retração brutal em seu volume mais recentemente. O setor de comércio também amargou um novo desfecho negativo, aprofundando o revés que se impôs desde o término do trimestre imediatamente antecedente. Para rematar, o empresariado baiano perdeu a esperança de restabelecimento no quadro geral em médio prazo, visto que o indicador de confiança desabou e passou a sinalizar elevado pessimismo ao longo do trimestre analisado.

De maneira efetiva, conforme o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativo ao mês de junho, a estimativa para a safra baiana de grãos de 2020 apontou para uma possível expansão de 13,0% em relação ao volume do ano anterior, quando a produção totalizou 8,3 milhões de toneladas. A produção física de grãos, assim, deverá fechar o ano com aproximadamente 9,4 milhões de toneladas. Dessa forma, diante da expectativa de retração de 1,4% da área colhida, a produtividade, entendida como a relação entre produção física e área colhida, deverá se ampliar em 14,6%.

Em relação à indústria, de acordo com as informações da Pesquisa Industrial Mensal, do IBGE, a produção baiana acumulada de abril a junho de 2020 teve uma retração de 20,5% frente ao montante produzido no mesmo intervalo de 2019 – emendando três quedas seguidas nessa base de comparação. O decréscimo no ritmo produtivo do setor ocorreu tanto na indústria de transformação, a qual regrediu 21,2%, quanto na extrativa, com recuo de 6,6% em relação ao segundo trimestre do ano passado. No acumulado de 12 meses, o quadro foi de revés para o total da atividade fabril, com diminuição de 5,6% em relação a igual período imediatamente anterior.

O setor de serviços apresentou nova retração no trimestre mais recente. Conforme a Pesquisa Mensal de Serviços, do IBGE, o volume de serviços prestados, acumulado entre abril e junho de 2020, em relação ao observado nos mesmos meses de 2019, exibiu uma redução de 26,8%

– 13ª queda seguida, após três altas sucessivas na comparação interanual por trimestre móvel. No acumulado dos últimos 12 meses, a variação continuou negativa, apontando retrocesso de 9,9% no ano.

Relativamente à atividade comercial, a Pesquisa Mensal de Comércio, do IBGE, mostrou uma alteração negativa no volume de vendas do varejo baiano no segundo trimestre de 2020 no confronto interanual, com queda de 20,0%. A comparação com o mesmo período do ano anterior apresentou o quarto recuo, após seis avanços consecutivos. No acumulado de 12 meses, frente a igual intervalo imediatamente anterior, o indicador para o volume de vendas apontou redução de 3,6% – completando três meses com resultado abaixo de zero nessa base de comparação.

Por fim, ao final do trimestre, conforme o Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (ICEB), calculado pela SEI, a confiança do empresariado local se mostrou bastante fatigada. Dentro do próprio trimestre, exibiu intensa degeneração, apesar de menos atrofiada no fim do que no meio do referido intervalo, quando havia alcançado o menor nível da série. Em vista disso, a dinâmica de retomada da confiança dos empresários do estado, observada desde abril de 2016, quando o ICEB marcou -488 pontos, parece ter sido completamente anulada ao longo do segundo trimestre de 2020 (em abril, -549 pontos; em maio, -564 pontos; e em junho, -451 pontos), repercutindo um processo violento de definhamento das expectativas. Alimentando um viés de baixa e passando a indicar considerável pessimismo, os últimos resultados do ICEB sustaram o movimento mais amplo de resgate da confiança no meio empresarial baiano iniciado há mais de três anos e abalaram a crença em um cenário predominantemente otimista num futuro próximo.

MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO O CAGED

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, na Bahia, no segundo trimestre de 2020, o saldo de empregos com carteira assinada foi negativo, indicando uma perda líquida de 55.727 postos¹. A dinâmica com mais desligamentos que admissões foi apurada em cada um dos meses do referido intervalo. O mês de abril foi o de pior resultado, com menos 35.415 vagas. Os meses de maio e junho testemunharam resultados menos deteriorados, com diminuição de 17.779 e 2.533 postos, respectivamente – indicando, assim, enfraquecimento no ritmo da perda ao longo do trimestre. Além do mais, em termos de saldo, cada um desses três meses evidenciou um desempenho inferior ao do mês correspondente de um ano antes.

¹ Conforme a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (SEPRT), seguindo um cronograma de implantação com término em novembro de 2021, o Caged vem sendo substituído pelo Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial) como meio para a prestação de informações por parte do empregador. A fim de assegurar a qualidade e a integridade das estatísticas do emprego formal e evitar lacunas decorrentes de falta de prestação da informação ou de inconsistências causadas por migrações de sistemas, a SEPRT vem se utilizando do método de imputação e compatibilização de dados de outras fontes, dando origem ao que se convencionou chamar de novo Caged – mas que aqui, por praticidade, continuará sendo identificado simplesmente como Caged. No futuro, quando todas as empresas estiverem desobrigadas a declarar o Caged, o eSocial será a única fonte de dados a alimentar o novo Caged.

O saldo de empregos com registro em carteira também foi negativo para o país como um todo no segundo trimestre de 2020, com 1.279.573 postos a menos. Ademais, vale ressaltar, todas as regiões suprimiram postos de trabalho. O Sudeste, com o desaparecimento de 696.953 vagas, evidenciou a pior situação. A Região Norte registrou a menor perda líquida, com um enxugamento de 34.045 empregos celetistas. Das unidades da Federação, não houve geração em qualquer uma delas. No *ranking* nacional, do maior ao menor saldo, a Bahia, com decréscimo de 55.727 oportunidades ocupacionais, ficou na 21ª posição, a mesma verificada no trimestre anterior. Entre os estados nordestinos, a Bahia ficou com o pior desempenho, enquanto o Maranhão (-3.821 postos) exibiu o saldo menos decadente no período.

Sob médias móveis de 12 meses, abarcando os registros do segundo trimestre, a Bahia acabou de experimentar o terceiro saldo negativo consecutivo de empregos formais² – circuito iniciado em abril deste ano (Gráfico 1). Antes disso, porém, houve um intervalo de 28 resultados mensais ininterruptos com geração líquida de oportunidades ocupacionais, cujo auge ocorreu em junho passado (+3.308 postos) – no entanto, com altos e baixos, principalmente nos últimos meses, o que ampliava a suspeição quanto à intensidade da restauração. Para completar, ao longo do primeiro trimestre deste ano, o retrospecto pouco vigoroso foi reforçado com três recuos em sequência, carregando a pecha de um percurso arrastado e sem tração para o ano de 2020 e reafirmando toda a lentidão do processo de regeneração antes mesmo de iniciada a grave crise decorrente do surto do novo coronavírus.

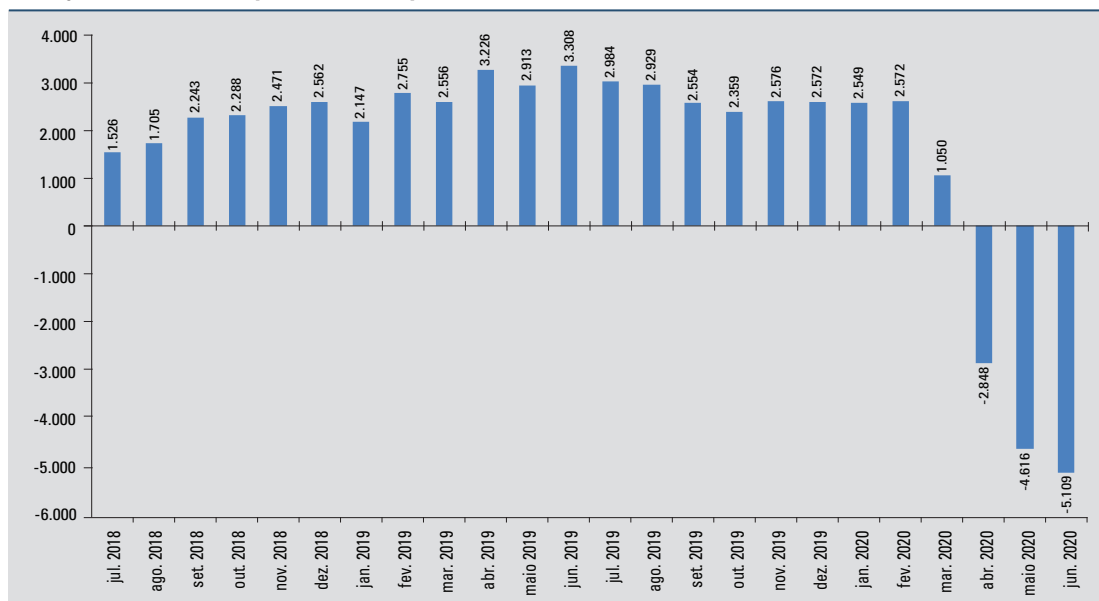
Enfim, mesmo sem ter conseguido ratificar uma fase pujante e enraizada de restabelecimento – já que desde o pior momento da conjuntura recente, em junho de 2016, quando da perda líquida média de 7.384 postos, seguiu-se apenas um itinerário paulatino de reabilitação –, o mercado de trabalho baiano se deparou com mais um desequilíbrio e voltou a exibir saldo médio negativo de vagas, selando o fim desse processo de regeneração³. Esse novo intervalo de supressão de postos, no entanto, dados o recuo vertiginoso e o elevado nível de incerteza presente, encerra contornos bastante dramáticos, com potencial de consolidação da musculatura desse ciclo de contração.

2 Ao longo do texto, no que se associa ao contexto do Caged, o termo emprego formal se refere à relação empregatícia com contrato de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

3 Dadas as diferenças metodológicas e as distintas naturezas de captação existentes entre o Caged e o eSocial, como bem reforça a SEPRT, as mudanças em curso iniciaram uma nova série de dados do mercado de trabalho formal. Por isso, a comparação com períodos anteriores ao ano de 2020 não é recomendada. Aqui, a comparação foi mantida, deixando expostos os alertas. Outra observação a se levar em conta diz respeito ao fato de as declarações fora do prazo remanescentes do ano de 2019 (as que não se encontram mais em curso de recebimento) ainda não terem sido disponibilizadas.

Gráfico 1

Evolução do saldo de empregos formais por média móvel de 12 meses – Bahia – Jul. 2018-jun. 2020



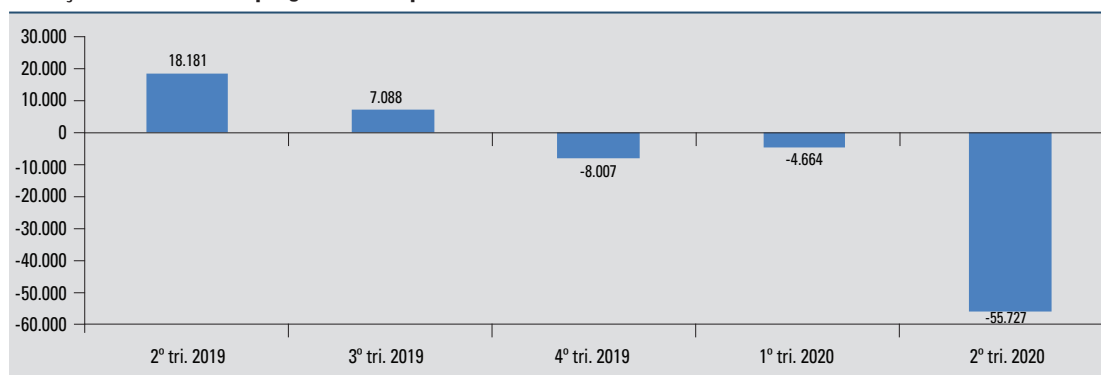
Fonte: Ministério da Economia/SEPRT – Caged.

Notas: i) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2020; ii) em 2020, excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo; e iii) ajustes remanescentes dos meses de janeiro a dezembro de 2019 não disponibilizados.

Em 2020, até junho, foram eliminados 60.391 postos na Bahia, o que representou uma diminuição de aproximadamente 3,5% no estoque de 1.712.710 empregos com carteira assinada existente quando se iniciou o ano – minando, assim, o entusiasmo quanto ao processo de reabilitação vivenciado nos anos de 2018 e 2019, quando emergiram 30.746 e 30.858 novos postos, nessa ordem. Com esse resultado ficou muito mais difícil neutralizar as perdas dos anos da última crise, quando quase 150 mil postos celetistas foram encerrados – especificamente 76.090 e 73.067 postos em 2015 e 2016, respectivamente.

O conjunto dos meses do segundo trimestre deste ano no estado, ao evidenciar severa contração do nível de emprego, exibiu o primeiro decréscimo para o período desde o constatado em 2016 – a preocupação, entretanto, fica por conta de uma eliminação líquida maior agora do que a verificada àquela época, quando 21.350 contratos com carteira assinada foram rescindidos. Aliás, trata-se do pior resultado para um trimestre desde o início da década passada pelo menos – o que é ainda mais inquietante. Como exposto pelo Gráfico 2, o saldo trimestral mais recente anunciou o terceiro resultado negativo seguido, já que o trimestre derradeiro de 2019 e o inaugural deste ano amargaram perdas líquidas de 8.007 e 4.664 postos, respectivamente. Um ano antes, porém, o cenário era diferente, com o mercado de trabalho baiano comemorando uma eclosão de 18.181 novas vagas.

Gráfico 2
Evolução do saldo de empregos formais por trimestre – Bahia – 2º tri. 2019-2º tri. 2020



Fonte: Ministério da Economia/SEPRT – Caged.

Notas: i) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2020; ii) em 2020, excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo; e iii) ajustes remanescentes dos meses de janeiro a dezembro de 2019 não disponibilizados.

O encolhimento do mercado de trabalho formal baiano no segundo trimestre não atingiu todos os estratos setoriais, pois houve surgimento líquido de postos em um deles⁴. Nesse quesito, portanto, a situação também se mostrou desfavorável comparativamente à do mesmo trimestre do ano anterior, quando todos os setores abriram mais vagas do que fecharam. Além do mais, em termos de saldo, nenhuma das cinco atividades exibiu um desempenho melhor do que há um ano. O contraponto com o intervalo imediatamente antecedente também apontou uma situação mais deteriorada, visto que dois setores contabilizaram saldos positivos no primeiro trimestre de 2020, e, ao mesmo tempo, quatro atividades revelaram resultado líquido melhor (Tabela 1)⁵.

Em uma avaliação setorial, a *Agropecuária*, com geração líquida de 919 postos de trabalho no segundo trimestre de 2020, destacou-se com o único desempenho positivo. Em contrapartida, conforme se pode acompanhar pela tabela logo abaixo, os setores de *Serviços* (-21.190 postos), *Comércio* (-14.902 postos), *Indústria geral* (-8.721 postos) e *Construção* (-8.154 postos) tiveram dispensa líquida de trabalhadores no citado intervalo no estado da Bahia⁶.

4 Em sintonia com o IBGE na divulgação das estatísticas da PNADC, a SEPRT passou a adotar a classificação de atividades econômicas baseando-se na agregação das seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0). No entanto, a fim de diminuir o número de estratos e de otimizar a análise das estatísticas de emprego formal, as seções foram agrupadas em atividades semelhantes, culminando em cinco grandes categorias: *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura*; *Indústria geral*; *Construção*; *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas*; e *Serviços*.

5 O grupamento de atividade denominado *Indústria geral* subdivide-se em quatro seções: Indústrias extrativas; Indústrias de transformação; Eletricidade e gás; e Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação. Enquanto isso, o de *Serviços* possui 14 desagregações: Transporte, armazenagem e correio; Alojamento e alimentação; Informação e comunicação; Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; Atividades imobiliárias; Atividades profissionais, científicas e técnicas; Atividades administrativas e serviços complementares; Administração pública, defesa e seguridade social; Educação; Saúde humana e serviços sociais; Artes, cultura, esporte e recreação; Outras atividades de serviços; Serviços domésticos; e Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

6 Por praticidade, houve simplificação de algumas categorizações. Os grupamentos *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* e *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* foram denominados simplesmente como *Agropecuária* e *Comércio*, nessa ordem.

Tabela 1**Saldo de empregos formais por grupamento de atividade econômica, por trimestre – Bahia – 2º tri. 2019/1º tri. 2020/2º tri. 2020**

| Grupamento de atividade econômica | 2º tri. 2019 | 1º tri. 2020 | 2º tri. 2020 |
|--|---------------|---------------|----------------|
| Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura | 6.815 | 800 | 919 |
| Indústria geral | 1.616 | 1.224 | -8.721 |
| Construção | 4.436 | -1.227 | -8.154 |
| Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas | 1.352 | -3.547 | -14.902 |
| Serviços | 3.962 | -3.147 | -21.190 |
| Ajustes não discriminados | - | 1.233 | -3.679 |
| Total | 18.181 | -4.664 | -55.727 |

Fonte: Ministério da Economia/SEPRT – Caged.

Notas: i) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2020; ii) em 2020, o saldo do primeiro trimestre não conta com as declarações fora do prazo, as quais se encontram reunidas sob a rubrica Ajustes não discriminados; e iii) ajustes remanescentes dos meses de janeiro a dezembro de 2019 não disponibilizados.

Quanto à distribuição intraestadual, no segundo trimestre deste ano, a Região Metropolitana de Salvador (RMS) e o interior experimentaram encerramento líquido de vagas, diferentemente do ocorrido um ano antes, quando tal fato não ocorreu em nenhuma das regiões – expondo, portanto, uma conjuntura mais favorável à época, tanto para uma quanto para a outra (Tabela 2). Enquanto na RMS foram dispensados 28.982 empregados com registro em carteira no trimestre mais recente, no interior, o resultado foi de 26.745 postos a menos. Em comparação com o trimestre imediatamente antecedente, quando oportunidades foram suprimidas apenas em uma das duas regiões, o cenário atual se mostrou bem mais deteriorado em ambas.

Quando se volta para o acumulado do ano, ao longo dos seis meses iniciais, portanto, a supressão líquida de empregos formais na Bahia (-60.391 postos) foi influenciada principalmente pelo desempenho negativo da RMS (-34.648 postos), já que o interior (-25.743 postos) registrou uma perda líquida de postos menos expressiva, o que colocou aquela instância geográfica como núcleo principal da significativa perda de dinamismo do mercado de trabalho formal no território baiano neste ano.

Tabela 2**Saldo de empregos formais entre RMS e interior, por trimestre – 2º tri. 2019/1º tri. 2020/2º tri. 2020**

| Área geográfica | 2º tri. 2019 | 1º tri. 2020 | 2º tri. 2020 |
|-----------------|--------------|--------------|--------------|
| Bahia | 18.181 | -4.664 | -55.727 |
| RMS | 776 | -5.666 | -28.982 |
| Interior | 17.405 | 1.002 | -26.745 |

Fonte: Ministério da Economia/SEPRT – Caged.

Notas: i) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2020; ii) em 2020, excetuando-se o saldo do último mês, os demais contam com o ajuste das declarações fora do prazo; iii) ajustes remanescentes dos meses de janeiro a dezembro de 2019 não disponibilizados; e iv) a RMS engloba os municípios de Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz (Lei nº 13.468/2015).

O saldo negativo de 55.727 empregos formais na Bahia, observado no segundo trimestre, foi proveniente de 79.513 admissões e 135.240 desligamentos, indicando uma movimentação bastante reduzida, principalmente por conta das contratações. Em relação ao mesmo trimestre do ano antecedente, tanto as admissões quanto as deposições recuaram – aquelas em 51,3% (83.752 admitidos a menos) e estas em 6,8% (9.844 desligados a menos). Pelo visto, a perda de dinamismo do mercado de trabalho baiano no trimestre mais recente, com o menor saldo desde o início dos anos 2000, decorre enormemente do recuo das contratações, posto que o total de dispensas encolheu e se encontra num nível considerado baixo historicamente. Nesse momento, portanto, a apatia na reposição de quadros – representada aqui pelo intenso recuo nas admissões e pelo menor patamar de contratações da série – denuncia que a missão de se alocar e se realocar se depara com obstáculos bem maiores do que a tarefa de se manter em uma vaga.

Conforme a tabela abaixo, houve recuo na maioria das formas de movimentação no mercado de trabalho baiano no segundo trimestre de 2020 em relação ao segundo trimestre de 2019⁷. Em termos absolutos, a queda nas admissões ecoou essencialmente a redução em duas das formas de contratação: a admissão por reemprego e o contrato de trabalho por prazo determinado. Enquanto isso, o encolhimento nos desligamentos foi puxado principalmente pelo decréscimo verificado nos desligamentos por término de contrato e nos desligamentos a pedido.

No campo das admissões, o reemprego⁸, tipo de contratação mais comum, diminuiu 44,2% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. Quanto aos desligamentos, a demissão sem justa causa, forma mais habitual de findar uma relação empregatícia, apresentou crescimento de 9,3%. No geral, entre todas as categorias, em termos relativos, os termos de contrato de trabalho por prazo determinado (+149,5%) e os desligamentos por morte (+15,9%) exibiram as maiores altas de um trimestre para outro. Na outra ponta, os contratos por prazo determinado (-96,1%) e os desligamentos por término de contrato (-95,1%) apresentaram os recuos de maior magnitude relativa⁹.

Tabela 3
Comportamento do mercado de trabalho formal por tipo de movimentação no quadro de empregados – Bahia – 2º tri. 2019/2º tri. 2020

| Tipo de movimento | 2º tri. 2019 | 2º tri. 2020 | Variação | |
|--|----------------|----------------|---------------|----------------|
| | | | Relativa | Absoluta |
| Admissão por reemprego | 134.288 | 74.942 | -44,2% | -59.346 |
| Admissão por primeiro emprego | 12.970 | 3.800 | -70,7% | -9.170 |
| Contrato trabalho prazo determinado | 15.852 | 616 | -96,1% | -15.236 |
| Admissão por reintegração | 155 | 155 | 0,0% | 0 |
| Admissão por transferência | 0 | 0 | - | - |
| Total de Admissões | 163.265 | 79.513 | -51,3% | -83.752 |
| Desligamento por demissão sem justa causa | 95.180 | 104.036 | 9,3% | 8.856 |
| Término contrato trabalho prazo determinado | 6.567 | 16.385 | 149,5% | 9.818 |
| Desligamento a pedido | 19.199 | 10.290 | -46,4% | -8.909 |
| Desligamento por término de contrato | 20.727 | 1.008 | -95,1% | -19.719 |
| Desligamento por acordo empregado e empregador | 1.520 | 820 | -46,1% | -700 |
| Desligamento por demissão com justa causa | 1.261 | 708 | -43,9% | -553 |
| Desligamento por morte | 502 | 582 | 15,9% | 80 |
| Culpa recíproca | - | 296 | - | - |
| Desligamento por aposentadoria | 128 | 22 | -82,8% | -106 |
| Desligamento por transferência | 0 | 0 | - | 0 |
| Desligamento de tipo ignorado | - | 8 | - | - |
| Não identificado | - | 1.085 | - | - |
| Total de Desligamentos | 145.084 | 135.240 | -6,8% | -9.844 |
| Saldo (Admissões - Desligamentos) | 18.181 | -55.727 | - | - |

Fonte: Ministério da Economia/SEPRT – Caged.

Notas: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2020.

Excetuando-se o saldo do último mês, os demais dados contam com o ajuste das declarações realizadas fora do prazo.

7 O desligamento por acordo se trata de uma nova categoria de movimentação, criada pela mais recente reforma trabalhista (Lei nº 13.467/17), cuja vigência teve início no dia 11 de novembro de 2017.

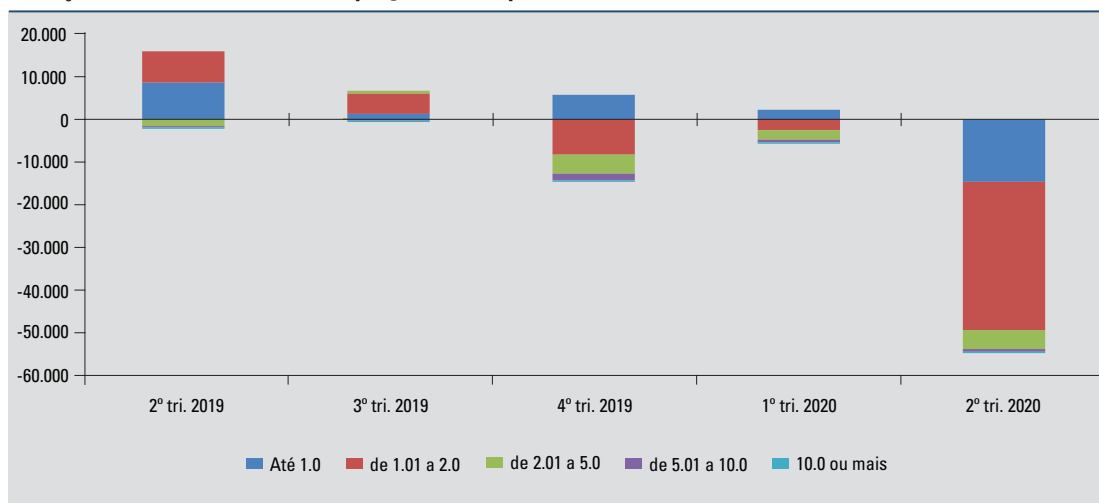
8 Reempregado é aquele que já havia exercido ocupação formal no mercado de trabalho anteriormente.

9 No boletim deste trimestre, o subtópico que trata dos salários médios de admissão e de desligamento não foi explorado por ausência de informações, lacuna provavelmente temporária, já que a captação das estatísticas do emprego formal se encontra em transição. A SEPRT, por sua vez, garantiu que o conteúdo será mantido, visto que o eSocial não somente capta todas as informações que constam no Caged como possui uma maior cobertura.

De abril a junho, reforçado pelo resultado negativo do agregado, o fechamento líquido de vagas aconteceu em todos os cinco estratos de remuneração analisados. O maior corte líquido ocorreu na camada representada pelos que receberam de um a dois salários mínimos, seguida por aquela dos que ganharam até um salário mínimo. Assim, nesta fase, diante da debilidade do quadro econômico, o mercado de trabalho não tem tido a capacidade de gerar postos de trabalho em quaisquer dos grupos salariais, com os trabalhadores de mais baixo retorno financeiro sendo os mais penalizados com perdas de ocupações.

O panorama neste segundo trimestre se mostrou bem mais deteriorado do que o observado há um ano, quando a eliminação líquida de postos se deu em três classes (de dois a cinco, de cinco a dez e de dez ou mais salários mínimos). Em relação ao primeiro trimestre do ano, quando a supressão líquida de postos somente não ocorreu em uma categoria (de até um salário mínimo), a cena também se revelou mais degradada (Gráfico 3). Além do mais, em um ano, somente uma das faixas de rendimento, a de dez ou mais salários mínimos, não exibiu resultado líquido pior – ou seja, as outras quatro categorias apresentaram saldo menor mais recentemente. Em relação ao primeiro trimestre de 2020, o atrofamento do saldo também não aconteceu em apenas uma das classes, a de dez ou mais salários mínimos – quer dizer, o estrato dos que receberam as maiores remunerações foi o único cujo resultado líquido não desidratou.

Gráfico 3
Evolução trimestral do saldo de empregos formais por faixa de salário mínimo – Bahia – 2º tri. 2019-2º tri. 2020



Fonte: Ministério da Economia/SEPRT – Caged.

Notas: i) Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2020; e ii) as informações trabalhadas não contemplam as declarações fora do prazo.

MERCADO DE TRABALHO SEGUNDO A PNADC

Conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, sintetizados na Tabela 4, a desocupação na Bahia atingiu 19,9% da população na força de trabalho no segundo trimestre de 2020. O resultado em questão representou a maior taxa trimestral de desocupação desde o início da pesquisa¹⁰. No Brasil e no Nordeste, a desocupação ficou em 13,3% e 16,1%, respectivamente – valores que ocupam o segundo maior patamar de cada série correspondente.

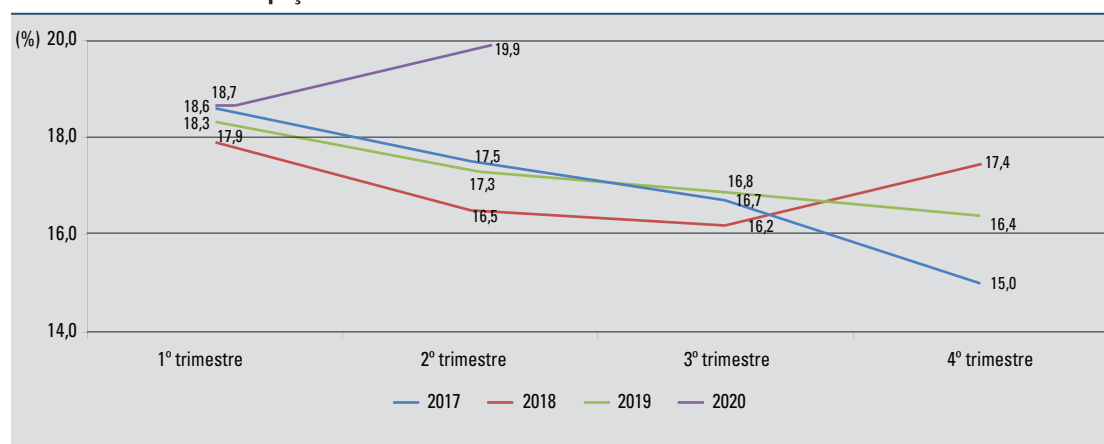
¹⁰ A PNADC foi implantada em caráter definitivo em janeiro de 2012.

A Região Nordeste, por sinal, permaneceu com a mais alta taxa entre as regiões brasileiras, ficando a Região Sul com a menor (8,9%). Entre as unidades da Federação, a Bahia exibiu o índice mais elevado – fato repetido pela quinta vez em sequência. Sergipe (19,8%) foi o estado com a segunda maior taxa no período, e Santa Catarina (6,9%) apresentou a menor. Na Bahia, portanto, a referida taxa foi quase o triplo da observada em Santa Catarina.

A taxa de desocupação na Bahia se reduziu seguidamente ao longo do ano passado e recuou 1,9 ponto percentual quando se comparam os índices do primeiro e do quarto trimestres. Entretanto, após um ano com três quedas sucessivas, chegando a 16,4% no último trimestre de 2019, a mencionada taxa subiu pela segunda vez consecutiva e acumulou uma alta de 3,5 pontos percentuais ao longo deste ano, suplantando, assim, a redução alcançada durante o ano antecedente (Gráfico 4).

Após a subida no início deste ano, quando atingiu 18,7%, a taxa de desocupação no estado ainda aumentou 1,2 ponto percentual no trimestre mais recente. Tal dinâmica seria uma surpresa em tempos normais, já que refletiria um comportamento bastante incomum do mercado de trabalho baiano no segundo trimestre do ano, quando se aguarda uma queda da desocupação – fato somente não observado em um dos anos da série, o de 2015. Essa guinada altista resulta dos efeitos devastadores da crise sanitária do novo coronavírus no Brasil e no mundo. Em relação ao mesmo conjunto de meses de 2019, quando o indicador foi estimado em 17,3%, também houve crescimento, com a taxa mais recente ficando 2,6 pontos percentuais acima. Nesse novo arranjo, toda a perspectiva de reabilitação nutrida nos últimos meses perdeu sentido.

Gráfico 4
Taxa trimestral de desocupação – Bahia – 2017-2020



Fonte: IBGE – PNADC.

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2020.

O nível da ocupação em território baiano diminuiu no comparativo com o trimestre imediatamente antecedente e também em relação ao de um ano antes, chegando ao menor valor da série¹¹. Dessa forma, com recuos de magnitude inédita, o percentual de pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas caiu para 40,1%, ao passo que havia sido de 47,3% e 48,3% no primeiro trimestre deste ano e no segundo de 2019, respectivamente. A taxa de participação também sofreu variações negativas recordes e desceu ao menor patamar histórico, ficando em 58,1% no intervalo mais recente – quedas de 8,1 pontos percentuais frente ao trimestre imediatamente

¹¹ O nível da ocupação diz respeito ao percentual de ocupados em relação às pessoas em idade de trabalhar.

anterior e de 8,3 pontos percentuais em comparação com o segundo trimestre de 2019¹².

No trimestre analisado, o mercado de trabalho baiano se deparou com redução tanto na ocupação quanto na desocupação – no entanto, com aquela em magnitude bem superior. No caso, com quedas de dimensões nunca antes registradas, o contingente de ocupados chegou ao menor nível da série. A população ocupada foi estimada em 4,876 milhões, representando um recuo de 16,0% (-929 mil pessoas) em contraponto à do mesmo período do ano passado e de 14,5% (-824 mil) comparativamente à do trimestre anterior. A população desocupada foi calculada em 1,208 milhão de indivíduos, oitavo maior quantitativo já registrado na série – indicando uma queda de 7,9% (-103 mil) frente à do primeiro trimestre e de 0,6% (-7 mil) em relação à do mesmo intervalo de um ano antes.

A queda na ocupação, como se vê, não desembocou num aumento da desocupação no estado. Em ambas as bases comparativas, a saída de indivíduos da força de trabalho (-935 mil ou -926 mil) num volume acima ao do fechamento de postos (-929 mil ou -824 mil) terminou por conter uma alta do número de desocupados (-7 mil ou -103 mil). Não à toa, o contingente fora da força de trabalho alcançou o maior registro da sequência, de 6,067 milhões de indivíduos – aproximando-se, como nunca, do quantitativo de pessoas na força de trabalho. O movimento de alta da taxa de desocupação em um ano ou em relação ao trimestre antecedente, portanto, não esteve atrelado a qualquer aumento do número de pessoas procurando por trabalho – que, por sinal, sofreu queda.

A contração da ocupação em território baiano decorreu enormemente do encolhimento do número de informais, já que o de formais diminuiu de forma menos intensa. Enquanto o segundo trimestre contabilizou 2,346 milhões de ocupados na informalidade, o período imediatamente antecedente e o de um ano antes registraram, correspondentemente, 3,016 milhões e 3,212 milhões. O grau de informalidade no mercado de trabalho baiano, dessa forma, recuou no comparativo com os trimestres de referência. No mais recente, entre os ocupados, 48,1% eram considerados informais, ao passo que, no mesmo trimestre de um ano antes e no primeiro de 2020, eram 55,3% e 52,9%, respectivamente. No Brasil como um todo, 36,9% dos trabalhadores se encontravam alocados na informalidade entre abril e junho deste ano.

Além da alta no índice de desocupação em um ano no estado, a taxa composta de subutilização da força de trabalho também cresceu, passando de 40,1% para 44,7% do segundo trimestre de 2019 para o trimestre mais atual – uma expansão, portanto, de 4,6 pontos percentuais e o maior registro da série¹³. No Brasil, a taxa ficou em 29,1% no período retratado. A Bahia exibiu a quinta maior taxa de subutilização entre as unidades federativas. Em relação ao primeiro trimestre deste ano, quando o referido indicador registrou 39,9%, houve alta de 4,8 pontos percentuais. Atualmente, 3,430 milhões de pessoas de 14 anos ou mais de idade se encontram na condição de subutilizadas em território baiano.

12 A taxa de participação se refere ao percentual de pessoas na força de trabalho em relação àquelas em idade de trabalhar.

13 A taxa composta da subutilização da força de trabalho retrata a relação entre o grupo dos desocupados, subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e força de trabalho potencial e o grupo delimitado pela força de trabalho ampliada (que é a soma da força de trabalho com a força de trabalho potencial).

O montante de desalentados em terras baianas no segundo trimestre deste ano foi de 849 mil pessoas, o maior da série¹⁴. Assim, houve aumento de 83 mil (+10,8%) indivíduos nessa condição em um ano e de 71 mil (+9,1%) ao levar-se em consideração o primeiro trimestre de 2020. Trata-se do maior contingente populacional de desalentados do país, constatação que se repete desde o início da pesquisa. Atualmente, a Bahia concentra 14,9% da população desalentada brasileira (5,683 milhões). O percentual de pessoas desalentadas em relação à população na força de trabalho ou desalentada no estado ficou em 12,2% de abril a junho de 2020, o maior registro da sequência histórica.

Considerando-se os grupamentos de atividade econômica, após um ano, o número de pessoas ocupadas diminuiu em nove do total de dez setores. No caso, o encolhimento do nível de emprego foi maior em *Alojamento e alimentação* (-46,0%), *Serviços domésticos* (-36,9%), *Construção* (-31,8%) e *Outros serviços*¹⁵ (-27,5%); e relativamente menor em *Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas* (-18,8%), *Indústria geral* (-18,6%), *Transporte, armazenagem e correio* (-14,5%), *Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura* (-7,6%) e *Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas* (-3,6%). Em compensação, a ocupação cresceu no setor *Administração pública, defesa, seguridade, educação, saúde humana e serviços sociais* (+3,1%).

Com base na PNADC, em sua edição trimestral, o rendimento médio real de todos os trabalhos habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas, no segundo trimestre de 2020, na Bahia, foi estimado em R\$ 1.775 – o maior registro de toda a série. Em relação ao mesmo intervalo de 2019, quando o rendimento médio real estava em R\$ 1.572, houve alta de 12,9%. Num comparativo com o trimestre anterior, quando o valor estava em R\$ 1.658, ocorreu uma variação positiva de 7,1%. A massa de rendimento real de todos os trabalhos habitualmente recebido por mês pelas pessoas ocupadas foi estimada em R\$ 8,391 bilhões – diminuição de 8,1% frente à do trimestre imediatamente antecedente, de R\$ 9,129 bilhões, e de 5,0% num comparativo com a do mesmo período do ano passado, cujo valor havia sido de R\$ 8,830 bilhões.

14 Os desalentados são aqueles fora da força de trabalho que estavam disponíveis para assumir um trabalho, mas não tomaram providência para conseguir trabalho no período de referência de 30 dias por pelo menos uma das seguintes razões: a) não ter conseguido trabalho adequado; b) não ter experiência profissional ou qualificação; c) não haver trabalho na localidade; ou d) por ser considerado muito jovem ou idoso.

15 O grupamento ocupacional *Outros serviços*, baseado na Classificação Nacional de Atividades Econômicas Domiciliar, engloba três seções: Artes, cultura, esporte e recreação; Outras atividades de serviços; e Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais.

Tabela 4**Síntese das principais informações da PNADC – Bahia – 2º tri. 2019/1º tri. 2020/2º tri. 2020**

| Indicador | Estimativa | | | Variação | |
|---|--------------|--------------|--------------|-------------------------------|--------------------------------|
| | 2º tri. 2019 | 1º tri. 2020 | 2º tri. 2020 | 2º tri. 2020/ 1º tri. 2020 | 2º Tri. 2020 / 2º Tri. 2019 |
| Taxa de desocupação | 17,3% | 18,7% | 19,9% | 1,2 p.p. | 2,6 p.p. |
| Nível da ocupação | 48,3% | 47,3% | 40,1% | -7,2 p.p. | -8,2 p.p. |
| Taxa de participação na força de trabalho | 58,4% | 58,2% | 50,1% | -8,1 p.p. | -8,3 p.p. |
| Taxa composta de subutilização da força de trabalho | 40,1% | 39,9% | 44,7% | 4,8 p.p. | 4,6 p.p. |
| Taxa de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas | 16,4% | 14,7% | 13,1% | -1,6 p.p. | -3,3 p.p. |
| Percentual de desalentados (1) | 9,8% | 10,0% | 12,2% | 2,2 p.p. | 2,4 p.p. |
| Grau de Informalidade | 55,3% | 52,9% | 48,1% | -4,8 p.p. | -7,2 p.p. |
| População em idade de trabalhar (em mil) | 12.011 | 12.042 | 12.152 | 0,9% | 1,2% |
| População na força de trabalho (em mil) | 7.020 | 7.011 | 6.085 | -13,2% | -13,3% |
| Ocupados (em mil) | 5.805 | 5.700 | 4.876 | -14,5% | -16,0% |
| Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas (em mil) | 949 | 836 | 637 | -23,8% | -32,9% |
| Desocupados (em mil) | 1.215 | 1.311 | 1.208 | -7,9% | -0,6% |
| População fora da força de trabalho (em mil) | 4.991 | 5.031 | 6.067 | 20,6% | 21,6% |
| População na força de trabalho potencial (em mil) | 1.084 | 1.083 | 1.585 | 46,4% | 46,2% |
| Desalentados (em mil) | 766 | 778 | 849 | 9,1% | 10,8% |
| População subutilizada (em mil) | 3.248 | 3.230 | 3.430 | 6,2% | 5,6% |
| Rendimento médio real habitual | R\$ 1.572 | R\$ 1.658 | R\$ 1.775 | 7,1% | 12,9% |
| Massa de rendimento real (em milhões) | R\$ 8.830 | R\$ 9.129 | R\$ 8.391 | -8,1% | -5,0% |

Fonte: IBGE – PNADC.

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2020.

(1) Trata-se do percentual de pessoas desalentadas em relação à população na força de trabalho ou desalentada.

PERSPECTIVAS PARA O MERCADO DE TRABALHO

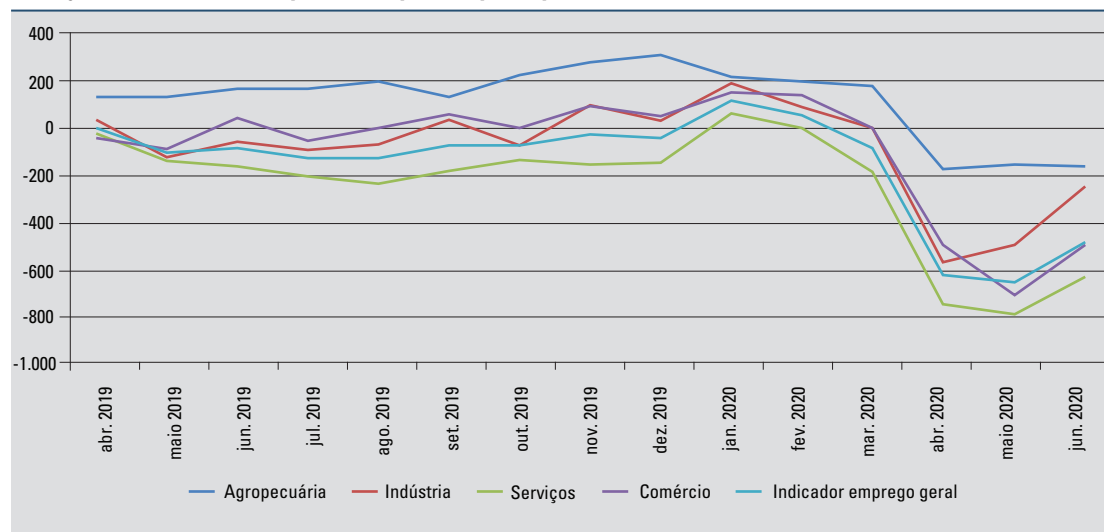
Expectativa dos empresários baianos para o emprego

A Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano sonda as expectativas dos empresários de diversos setores sobre os mais variados temas, dentre os quais a inclinação à contratação futura de trabalhadores. Construído a partir das respostas do empresariado da Bahia em relação aos planos de abrir, manter ou encerrar vagas, o Indicador de Expectativas para Emprego (IEE) tem sido negativo desde março deste ano – mas isso após dois meses seguidos com valor acima de zero.

Após o mês de janeiro, quando atingiu 114 pontos, maior patamar desde março de 2013, o referido indicador entrou em rota de declínio – fato somente interrompido em junho. Frente aos meses do primeiro trimestre, os do intervalo em questão, a despeito da inflexão observada no último mês, indicam um retrocesso claro: abril, -628 pontos; maio, -660 pontos; e junho, -486 pontos. O mês de maio, por sinal, registrou o menor nível da série. Os resultados recentes, enfim, sugerem considerável apatia nas intenções de contratações em curto e médio prazos.

Em relação ao desfecho do trimestre imediatamente antecedente, além do mais, a piora do indicador referente ao emprego se manifestou de forma generalizada, ou seja, ocorreu nos quatro setores (Gráfico 5). Faz-se importante destacar que, com isso, o pessimismo quanto ao emprego se espalhou e passou a ser a tônica de todos e não mais de apenas um setor. Considerando-se que a pontuação pode variar de -1.000 a 1.000 pontos, o grupamento *Serviços* terminou no pior patamar entre os setores novamente, com -633 pontos ao final do intervalo. Na outra ponta, mais uma vez, o setor *Agropecuária* revelou a percepção menos deteriorada em relação às contratações futuras, com -167 pontos.

Gráfico 5
Evolução do Indicador de Expectativas para Emprego por setor de atividade – Bahia – Abr. 2019-jun. 2020

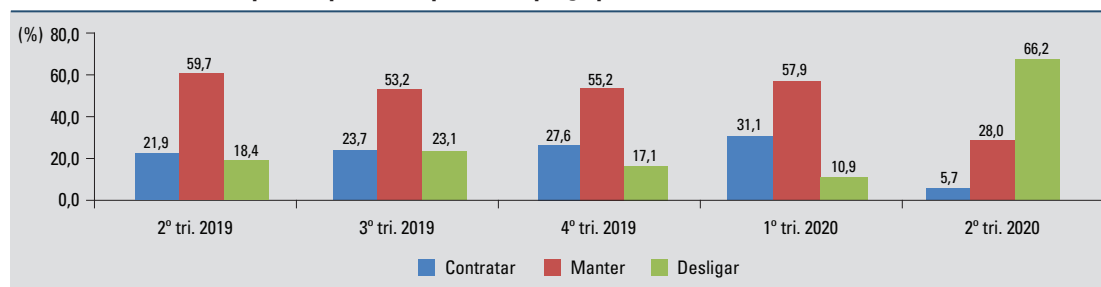


Fonte: SEI – Pesquisa de Confiança do Empresariado Baiano.
Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2020.

No que diz respeito ao nível esperado de contratações futuras, na média do trimestre, 66,2% dos entrevistados pretendem promover o desligamento de empregados, 28,0% dos empresários planejam manter a quantidade atual de trabalhadores, e 5,7% cogitam contratar (Gráfico 6). Pontualmente, houve uma inversão nítida e alarmante, de forma que a proporção das empresas com intenção de comprimir o quadro de pessoal ultrapassou a das que preveem expansão, sendo que a distância entre elas se ampliou enormemente, ao ponto de assumir uma grandeza quase 12 vezes superior.

Conforme o gráfico abaixo, após recuar duas vezes em sequência, o intento do setor produtivo baiano de enxugar o quadro de funcionários aumentou expressivamente, atingindo o maior patamar desde o registrado no segundo trimestre de 2016. O fito de admitir, por sua vez, depois de avançar por três trimestres consecutivos, perdeu fôlego e expôs um percentual abaixo dos exibidos nos últimos 16 trimestres. De resto, a perspectiva empresarial de manter o quantitativo de empregados encolheu, depois de ter se expandido nos dois intervalos imediatamente antecedentes. Com resultados tão degradados, a esperança por uma recuperação do mercado de trabalho, presente até o início do ano, perdeu força no horizonte e cedeu espaço ao ceticismo¹⁶.

Gráfico 6
Percentual médio de respostas quanto ao quesito emprego por trimestre – Bahia – 2º tri. 2019-2º tri. 2020



Fonte: IBGE – PNADC.

Nota: Dados sistematizados pela SEI/Dipeq/Copes 2020.

¹⁶ Levando-se em conta que a economia e, por tabela, o mercado de trabalho se encontram diante de uma quebra violenta e brusca, com choques vindos tanto da oferta quanto da demanda, o que dificulta a modelagem em capturar uma perturbação com tais características, optou-se por não apresentar a projeção do emprego formal neste boletim. Além do mais, outro obstáculo surge pela redução da comunicabilidade entre os pontos da série por conta das mudanças promovidas na forma de captação dos dados do Caged.

NOTA METODOLÓGICA

PESQUISA DE CONFIANÇA DO EMPRESARIADO BAIANO

A fim de monitorar o nível de confiança do setor produtivo do estado mensalmente, a Pesquisa de Confiança do Empresário Baiano efetua a produção contínua e sistemática de indicadores. O principal deles é o ICEB, Indicador de Confiança do Empresariado Baiano.

Realizada diretamente com federações, associações e sindicatos patronais representativos dos segmentos empresariais do Estado, a técnica de coleta utiliza um questionário com doze perguntas de cunho qualitativo e que versam sobre temas relacionados ao contexto macroeconômico (Inflação, Juros, PIB Nacional e PIB Estadual) e ao desempenho das empresas (Vendas, Crédito, Câmbio, Capacidade Produtiva, Situação Financeira, Emprego, Exportação e Abertura de Unidades).

Fruto de uma amostragem não-probabilística intencional, a Pesquisa conta, atualmente, com mais de cem entidades representativas dos setores produtivos do estado. A cobertura setorial da Pesquisa abrange quatro setores: Agropecuária; Indústria; Serviços; e Comércio.

Para chegar ao indicador geral é necessário, primeiramente, mensurar as respostas qualitativas do questionário. Atribui-se valor 1.000 para a resposta mais otimista; 500 para a resposta confiante; zero para a intermediária; -500 para aquela não confiante; e -1.000 para a mais pessimista. Desta maneira, é possível calcular indicadores por questão, tema e setor, sendo o ICEB fruto de uma média dos indicadores de confiança setoriais ponderados pelo valor adicionado de cada atividade no PIB.

O valor do ICEB e dos demais indicadores podem variar de -1.000 a 1.000. Dentro desse intervalo, quanto mais próximo de -1.000, maior o pessimismo associado. Em sentido contrário, mais perto de 1.000, maior o otimismo. O zero pode ser interpretado como ponto de indiferença.

Para efeitos ilustrativos, a Pesquisa trabalha com uma escala de grau de otimismo dividida em intervalos, a qual possibilita classificar o resultado conforme seu enquadramento: *Grande Pessimismo*, de -1.000 a -500; *Pessimismo*, de -500 a -250; *Pessimismo Moderado*, de -250 a zero; *Otimismo Moderado*, de zero a 250; *Otimismo*, de 250 a 500; e *Grande Otimismo*, de 500 a 1.000. Os valores de fronteira pertencem à zona imediatamente anterior, com o zero como ponto de orientação.

Escala do ICEB



